

Professora, escritora antirracista, palestrante, graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós graduada em Ciência da Literatura (UFRJ)

## A Luta Antirracista e a Democracia

Arquivo pessoal



Vilma Piedade

O CEAPE-Sindicato - Sindicato dos Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do RS, com 37 anos de atividades, edita e publica a revista Achados de Auditoria, que já está na 11ª edição. Agradeço ao presidente do CEAPE pelo convite para participar dessa importante revista. Mesmo não sendo dessa área técnica, muito me honra poder contribuir com algumas reflexões sobre o tema “Os Caminhos para materializar a Democracia através de Políticas Públicas no Brasil”. Pauta atual, urgente e necessária sempre.

Muito embora a liberdade individual seja fundamental, ela não pode se sobrepor ao interesse coletivo. Em 1989, a Escola de Samba - G.R.E.S. Imperatriz Leopoldinense (RJ) trouxe o inesquecível enredo:

*Liberdade, Liberdade! Abra as asas sobre nós*

*Liberdade, liberdade!*

*Abra as asas sobre nós (bis)*

*E que a voz da igualdade*

*Seja sempre a nossa voz*

Refletir sobre a democracia implica pensar em Igualdade, desigualdades. E a almejada liberdade é um exercício que envolve áreas distintas do pensamento e da atividade humana porque implica compreender a condição existencial e social na qual estamos inseridos. Afinal, vivemos numa sociedade que afirma ter desenvolvido o “Mito da Democracia Racial”, contudo, o Racismo e as Desigualdades continuam. Apesar das Políticas Públicas de Ações Afirmativas, da Conferência de Durban, da Lei Caó, da Lei 10.639/11.645, que obriga a inserção da Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Originários nas escolas, ainda há muita resistência. Mesmo 135 anos pós-Abolição, precisamos de Cotas nas universidades e no serviço público, conquistas que vieram em 2012 pela luta do Movimento Social e Movimento Negro Brasileiro.

O Racismo Estrutural, Estruturante, marca as desigualdades e não nos faz avançar em relação ao artigo 5º da nossa Carta Magna, nossa Constituição, cujo texto fixa que “Todos somos iguais perante a Lei”. É fundamental que se compreenda a formulação das Políticas Públicas para entendermos o planejamento no setor público. As Políticas Públicas são planejadas, implementadas, para assegurar e garantir nossos Direitos, independentemente de

## O RACISMO DESUMANIZA, NEGA A DIGNIDADE A PESSOAS E A GRUPOS SOCIAIS COM BASE NA COR DA PELE, NO CABELO, EM OUTRAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS OU DA ORIGEM REGIONAL OU CULTURAL. FENÔMENO QUE SISTEMATIZA, SE RENOVA E CONTRIBUI PARA A DISTRIBUIÇÃO E ACESSO DESIGUAL, OU FALTA DE ACESSO, A OPORTUNIDADES, A RECURSOS, A INFORMAÇÕES NA SOCIEDADE, NAS INSTITUIÇÕES E NAS POLÍTICAS DE ESTADO

raça, cor, etnia, orientação sexual, gênero, sexo, idade, etc. Com a Democracia, promover o bem-estar da sociedade, em todas as áreas, não é tarefa fácil, porém, não é impossível. O bem-estar social envolve saúde, emprego, coibir as intolerâncias, discriminações, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte, acessibilidade, segurança para a sociedade como um todo.

Portanto, precisamos do Poder Público nos âmbitos federal, municipal e estadual para o planejamento, projetos de leis, para a criação e implementação de Políticas Públicas que contemplem as necessidades sociais elencadas acima. E, muitas das vezes, do apoio de entidades privadas.

Sabemos que não se faz Política sem orçamento e sem dados. Aqui, pretendo trazer contribuições para que pensemos nas desigualdades que atingem a População Negra e as Mulheres. Assim, não me afasto do meu tema de discussão que ministro através de cursos como “Racismo e Branquitude: Opressão e Privilégios”. Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é Negra. As Mulheres que, assim como a População Negra, são a maioria da população brasileira, são minoria no Congresso, na Câmara. Enquanto isso, a Violência contra as Mulheres, o Assédio Moral e Sexual, o Sexismo, o Feminicídio, só aumentam. E, segundo o IBGE, a população do Brasil passa de 211 milhões de habitantes.

A Luta Antirracista propõe a necessidade de maior engajamento de pessoas brancas e das instituições comprometidas com a promoção, defesa e garantia dos direitos, abordando alguns dos obstáculos, desafios e possibilidades envolvidos nessa conflitiva construção, em especial, no que se refere à reflexão sobre a Branquitu-

de como lugar de manutenção de privilégios materiais, subjetivos e simbólicos na sociedade e base de sustentação do Racismo.

O Racismo desumaniza, nega a dignidade a pessoas e a grupos sociais com base na cor da pele, no cabelo, em outras características físicas ou da origem regional ou cultural. Fenômeno que sistematiza, se renova e contribui para a distribuição e acesso desigual, ou falta de acesso, a oportunidades, a recursos, a informações na sociedade, nas instituições e nas políticas de Estado.

Os anos 2000, pós-Conferência Mundial de Durban – contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata (2001) e eleição constituíram um período de forte debate sobre relações raciais no Brasil.

As discussões sobre ações afirmativas no ensino superior, no mercado de trabalho e nos meios de comunicação, a obrigatoriedade do ensino da história e da Cultura Africana e Afro-Brasileira e da educação das relações étnico-raciais em toda a educação básica no Brasil, o debate sobre os direitos das Comunidades Quilombolas e o forte protagonismo de Coletivos Juvenis Negros e do Movimento de Mulheres Negras foram decisivos para essa maior discussão, em grande parte resistente a reconhecer a questão racial como algo não subsumido às desigualdades de classe social.

Nesse ano, foi sancionada uma lei que equipara Injúria Racial ao Racismo. A punição para o crime passa a ser de 2 a 5 anos

Em relação às mulheres, segundo números do ISP - Instituto de Segurança Pública, dados do Dossiê Mulher 2022, o feminicídio aumentou entre as Mulheres Negras.

Agora, a Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres (DEAM), além do 180, tem o Ligue 180 funcionando por WhatsApp, 24 horas, todos os dias da semana, de qualquer lugar do país. Um avanço pleiteado há muito tempo pelas organizações de mulheres.

E, agora, as DEAMs vão funcionar 24 horas durante toda a semana, incluindo finais de semana e feriados, períodos em que geralmente ocorrem os maiores casos de violência doméstica.

A equiparação salarial entre Homens e Mulheres também é uma reivindicação do Movimento Feminista. Segundo o Banco Nacional de Emprego (BNE), uma mulher exercendo a mesma função laboral ganha 20% menos.

Finalizando, faz-se urgente um plano de igualdade salarial entre Mulheres e Homens, uma política de enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e Racismo, Transfobia, bem como contra a discriminação na administração pública e em toda a sociedade brasileira, assim como a implementação de Políticas Públicas para o enfrentamento à violência política de gênero e de raça. Foi criado o Dia Nacional Marielle Franco, data que passa a ser lembrada todo 14 de março, dia da morte da vereadora, em 2018.

A democracia implica a construção e garantia de Políticas Públicas pela igualdade de direitos.

O RACISMO ESTRUTURAL,  
ESTRUTURANTE, MARCA  
AS DESIGUALDADES E  
NÃO NOS FAZ AVANÇAR  
EM RELAÇÃO AO ARTIGO  
5º DA CONSTITUIÇÃO,  
CUJO TEXTO FIXA QUE  
“TODOS SOMOS IGUAIS  
PERANTE A LEI”

